



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0202032-4

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

024

Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bela. Roberta Rodrigues Pitanga, OAB/PE 22.714 (*Defensora Pública*)

Pacientes: Ivanilson Gomes de Oliveira

Marcilian Gomes da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Milta Maria Paes de Sá

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR - CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - ARTIGO 33, DA LEI Nº 11.343/2006 - PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO - PEDIDO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO E DE LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDO PELO JUÍZO DE 1º GRAU - DESNECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PROVISÓRIA - EXCESSO DE PRAZO - PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO PRENDE POR SI SÓ, AFASTANDO HIPÓTESES DE ILEGALIDADE, DESDE QUE SEJA ELABORADO O AUTO DE PRISÃO EM PERFEITA OBEDIÊNCIA AOS ARTIGOS 301, E SEGUINTE, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - DEMORA INJUSTIFICÁVEL - EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO - CASO EM QUE A DILAÇÃO É RESULTADO DA INÉRCIA DO PRÓPRIO APARATO JUDICIAL - DESOBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, PREVISTO NO ARTIGO 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL OU IMPLIQUE EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE (PRECEDENTES DO STJ) - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA - EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0202032-4, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em CONCEDER PARCIALMENTE a presente ordem de Habeas Corpus, determinando a expedição do competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor dos pacientes IVANILSON GOMES DE OLIVEIRA e MARCILIAN GOMES DA SILVA, colocando-os em liberdade, salvo se por outro motivo estiverem presos, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 12 de junho de 2010


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0202032-4

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bela. Roberta Rodrigues Pitanga, OAB/PE 22.714 (*Defensora Pública*)

Pacientes: Ivanilson Gomes de Oliveira

Marcilian Gomes da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Milta Maria Paes de Sá

025

RELATÓRIO

A Defensora Pública, Bela. Roberta Rodrigues Pitanga, OAB/PE 22.714, impetrou a presente ordem de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR* em favor de IVANILSON GOMES DE OLIVEIRA e MARCILIAN GOMES DA SILVA, que se encontram recolhidos à Unidade Prisional de Igarassu, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Emerge dos autos que os pacientes foram **presos em flagrante delito** no dia **21 de março de 2009**, sob a acusação de ter praticado a conduta prevista no artigo 33, da Lei nº 11.343/06 (*crime de tráfico de drogas*).

Alegou a impetrante que não há motivos para a manutenção da prisão dos pacientes, haja vista os mesmos possuírem todos os requisitos para a **concessão da liberdade provisória**, nos termos do artigo 321, do Código de Processo Penal.

Argumentou, outrossim, que os pacientes vêm sofrendo **constrangimento ilegal por excesso de prazo** para o término da instrução criminal.

A inicial veio acompanhada de documentos, às fls. 19/37.

Indeferido o pedido de liminar, às fls. 43/44.

Informações prestadas às fls. 49/51, expondo a magistrada que a instrução criminal encontra-se com audiência designada para o dia 07 de dezembro de 2009 e que a arguida demora no término do sumário de culpa deve-se ao excesso de feitos em trâmite naquele juízo além do fato da escassez de escolta policial para a condução dos pacientes às audiências não realizadas.

RMCCO (HC 0202032-4)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP 50020-050

Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784

E-mail: roan@tje.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



A eminente Procuradora de Justiça, Dra. Milta Maria Paes de Sá, ofereceu parecer às fls. 55/61, opinando pela concessão da ordem.

026

É o relatório

Recife, 19 de junho de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº 0202032-4

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

027

Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda

Impetrante: Bela. Roberta Rodrigues Pitanga, OAB/PE 22.714 (*Defensora Pública*)

Pacientes: Ivanilson Gomes de Oliveira

Marcilian Gomes da Silva

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça: Dra. Milta Maria Paes de Sá

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

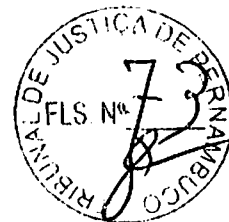
A segregação provisória dos pacientes decorreu de situação de flagrante que foi minuciosamente descrita nas informações prestadas pela magistrada (fls. 49/51), sendo constatado que os pacientes foram denunciados pelo cometimento do crime tipificado **artigo 33, da Lei nº 11.343/2006**.

Extrai-se dos autos que os pacientes foram presos em flagrante delito no dia 21 de março de 2009, na localidade conhecida como "Ilha do Maruim", retirando de um manguezal existente nas proximidades a quantidade de 785 (setecentos e oitenta e cinco) papелotes da substância entorpecente *cannabis sativa* *Lineu (maconha)*, após informações cedidas pelo serviço de inteligência da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Pois bem.

Quanto ao pedido de **concessão de liberdade provisória** há de se ressaltar que inexistente qualquer ilegalidade na segregação dos pacientes, mesmo porque o flagrante prende por si só, afastando hipóteses de afronta à lei, desde que seja elaborado o auto de prisão em perfeita obediência aos artigos 301 e seguintes, do supracitado Diploma Legal.

Ademais, quanto ao alegado pela impetrante acerca dos antecedentes, primariedade e domicílio certo dos pacientes como condições favoráveis à concessão



008

da liberdade, não há como prosperar quando há elementos que induzem a segregação.

Trago à baila o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em situação semelhante:

STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - ROUBO CIRCUNSTANCIADO (USO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES) - PRISÃO EM 16.11.06 - FLAGRANTE PRESUMIDO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PERICULOSIDADE DO PACIENTE REVELADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA INSTRUÇÃO ENCERRADA. PARECER DO MPF PELA DENEGACÃO DA ORDEM - ORDEM DENEGADA - 1. Preso o paciente pouco tempo depois do crime em razão de diligências policiais, ainda de posse dos objetos roubados, não há que se falar em inexistência de flagrante, perfeitamente aplicável à hipótese o art. 302, IV do CPP. 2. In casu, a manutenção da prisão encontra-se justificada na garantia da ordem pública, pois o modus operandi da conduta criminosa denota a periculosidade do paciente. 3. Consoante as informações da autoridade apontada como coatora, a Ação Penal, à época da impetração, já se encontrava na fase do art. 500 do CPP, estando prestes a ser sentenciado o feito, o que menos justifica a alteração da situação processual do paciente. 4. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial" (HC 90614 / SP 2007/0217481-8, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T-5, Data do Julgamento: 27/11/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 19/12/2008)

Já quanto ao argumento calcado no **excesso de prazo**, seguindo a linha de raciocínio firmada pelo Ministério Público de 2º grau, entendendo ser procedente haja vista a demora em análise afrontar os ditames consagrados pelo princípio da razoabilidade, eivando de ilegalidade a segregação provisória dos pacientes. Senão vejamos.

Das informações prestadas pela autoridade impetrada, percebe-se que a demora no andamento do processo-crime é motivada por deficiência na máquina estatal, encontrando-se a 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda com elevado número de feitos em trâmite além do fato da escassez de escolta policial para a condução dos pacientes às audiências que deixaram de ser realizadas.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

009



De fato, constato que a instrução criminal ainda não foi concluída, encontrando-se o **processo-crime nº 226.2009.001658-2** com diversas audiências que deixaram de ser realizadas em virtude do não comparecimento dos acusados, ora pacientes, **por falta de escolta policial**.

Em consulta efetuada no Sistema de Movimentação Processual do Judwin, verifica-se que o supracitado feito criminal encontra-se com audiência de instrução redesignada somente para o **dia 24 de maio de 2010**, em face da não realização do ato processual marcada anteriormente para o dia 07 de dezembro de 2009, conforme ficha de andamento processual anexada ao presente voto.

Portanto, pela detida análise dos autos, entendo como injustificável a manutenção da prisão dos pacientes, que já **ultrapassa 09 (nove) meses**, sem que tenha havido culpa exclusiva da defesa ou outro motivo amparado pela razoabilidade jurídica, verificando, assim, evidente excesso de prazo na formação da culpa.

Nesse diapasão é o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

STF: "(...) Inequivoco excesso de prazo, sem o encerramento da instrução criminal, que não pode ser atribuído aos recorrentes e que sobrepuja os temperamentos admissíveis à luz do juízo de razoabilidade e prejudica eventual fundamento cautelar da prisão. 2 - Liberdade provisória concedida aos recorrentes, mas não estendida ao co-réu em razão da cuja defesa a instrução não se findou" (RHC 88339 / ES - ESPÍRITO SANTO, RECURSO EM HABEAS CORPUS, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Órgão Julgador: Primeira Turma, Julgamento: 22/08/2006)

STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - TRÁFICO DE DROGAS E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO (ART. 35, CAPUT DA LEI 11.343/06 e 12 DA LEI 10.826/03) - FLAGRANTE OCORRIDO EM 18.09.07 - EXCESSO DE PRAZO - EXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - POSSE DE ARMA - ATIPICIDADE TEMPORÁRIA DA CONDUTA - MP 417/08 - FLAGRANTE ILEGALIDADE - ORDEM CONCEDIDA - 1. A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

630



do processo, previsto no art. 5o., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade. 2. Na hipótese, o alongamento da instrução criminal (01 ano) não se mostra razoável, tendo o interrogatório do paciente sido realizado apenas após 10 meses da prisão em flagrante sem que o atraso possa ser imputado à defesa. (...) 6. Ordem concedida, para determinar a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, se por outro motivo não estiver preso (...) (HC 109411 / PE 2008/0137341-7, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T-5, Data do Julgamento: 09/09/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 06/10/2008)

STJ: "HABEAS CORPUS - EXCESSO DE PRAZO - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS - EXCESSO DE PRAZO INJUSTIFICÁVEL - 1. A necessidade de expedição de carta precatória é insuficiente, por si só, diante do longo período de tempo já transcorrido, para justificar a demora no andamento do feito. 2. Ordem concedida e estendida ao co-réu Rodrigo Otávio Sardenberg, por estar em idêntica situação processual" (HC 121036 / ES 2008/0254184-6, Ministro CELSO LIMONGI - Desembargador Convocado do TJ/SP- 8175, T-6, Data do Julgamento: 05/03/2009, Data da Publicação/Fonte: DJe 13/04/2009)

Assim sendo, considerando não haver previsão segura do término da instrução criminal, acolho o parecer da Duta Procuradoria de Justiça Criminal e voto pela ~~CONCESSÃO PARCIAL~~ da ordem, determinando a expedição do competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor dos pacientes IVANILSON GOMES DE OLIVEIRA e MARCILIAN GOMES DA SILVA, colocando-os em liberdade, salvo se por outro motivo estiverem presos.

É como voto

Recife, 19 de *junho* de 2010.

R. Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator